

2014 20 PROGRAMA OPERACIONAL
SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS



# INVESTIMENTO E CRESCIMENTO VERDE





1. Portugal 2020

2. Domínio temático SEUR

3. Programa Operacional SEUR









# Portugal 2020

Portugal procura uma trajetória de crescimento sustentável assente num modelo de desenvolvimento mais competitivo e resiliente procurando criar condições para uma maior coesão e convergência no contexto europeu

com menor consumo de recursos naturais e energéticos,

e que ao mesmo tempo gere novas oportunidades de **emprego**, de **criação de riqueza** e **reforço de conhecimento**. PERSPETIVA DINÂMICA

**QUE RELACIONA** 

SUSTENTABILIDADE

**E COMPETITIVIDADE** 





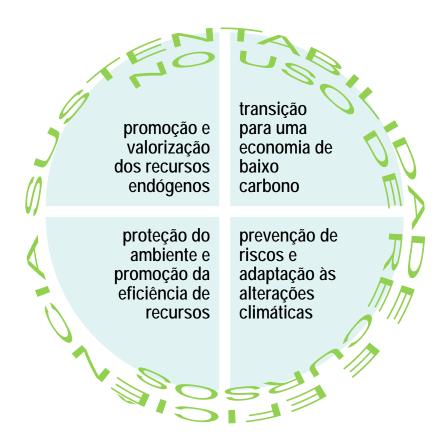


# Portugal 2020

#### PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS

- elevada intensidade energética da economia portuguesa
- ✓ ineficiências na utilização e gestão de recursos
- vulnerabilidades face a diversos riscos naturais e tecnológicos
- ✓ debilidades na proteção dos valores ambientais.

# ABORDAGEM PARA MOBILIZAÇÃO DOS FUNDOS DO PORTUGAL 2020











# Portugal 2020

# Neste quadro, volta a ser criado um programa nacional temático dedicado ao Ambiente

que pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020

especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos







# Portugal 2020 - Estrutura Temática: domínios transversais

		Domínios Transversais			
		Abordagem Territorial	Reforma da Administração Pública		
	Competitividade e Internacionalização	Objetivos temáticos (OT) centrais: OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação OT 2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade OT 3 - Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública			
Domínios Temáticos	Inclusão Social e Emprego	OT centrais:  OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores  OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação			
Domíni	Capital Humano	OT central:  OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida			
(	Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	setores OT 5 - Promover a adaptação às altera riscos	pnomia de baixo teor de carbono em todos os ções climáticas e a prevenção e gestão dos se e promover a utilização eficiente dos		

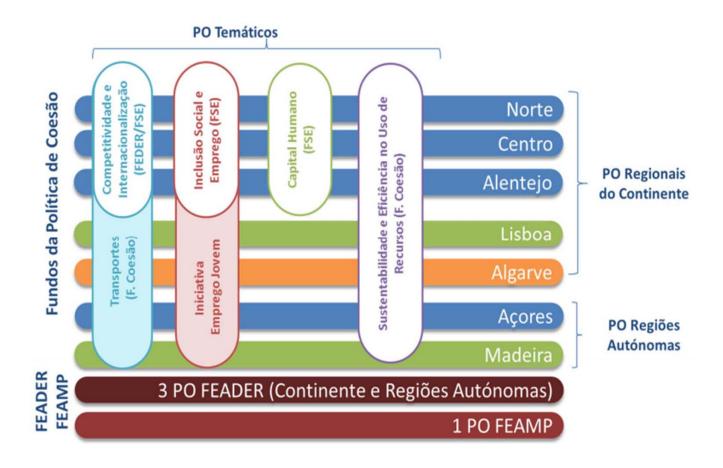








# Portugal 2020 - Estrutura Operacional











1. Portugal 2020

2. Domínio temático SEUR

3. Programa Operacional SEUR









# Domínio Temático SEUR

# Uma perspetiva multidimensional da sustentabilidade

assente em três pilares estratégicos



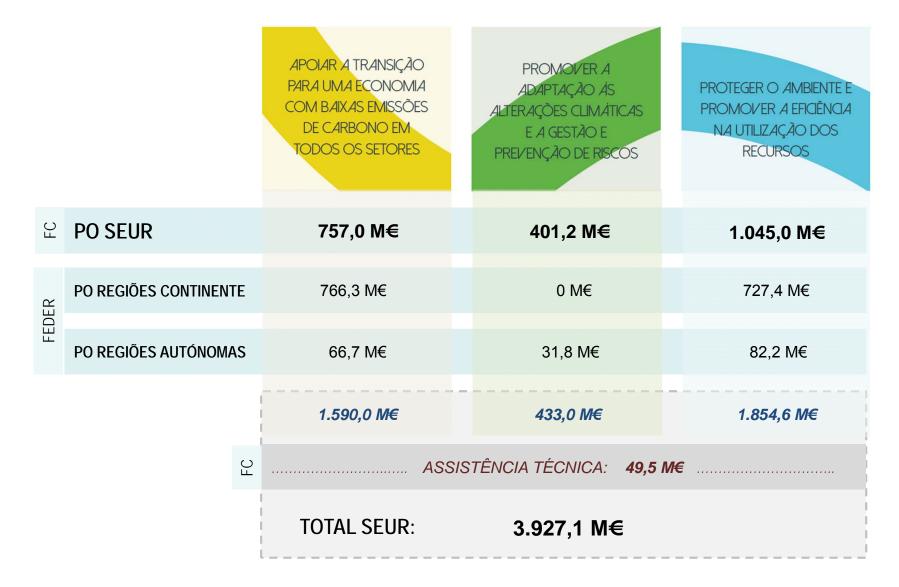




















### SUBVENÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS

- Falhas do mercado e necessidade de investimento
- Valor acrescentado e compatibilidade com os auxílios de Estado
- Recursos adicionais e efeito de alavança
- Estratégia de investimento

- INSTRUMENTOS FINANCEIROS
- Garantias a financiamentos a conceder por bancos comerciais a PME, a outras entidades ou a particulares
- Bonificação de taxa de juro de empréstimos e de comissões de garantia prestadas a financiamentos a conceder por bancos comerciais a PME, a outras entidades ou a particulares
- Apoio a financiamento de empréstimos comerciais a outras entidades, mobilizando conjuntamente fundos comunitários, com financiamento da banca comercial, em condições comerciais e potenciais aplicações previamente definidas









APOUR A TRANSIÇÃO	Tipo de fundo	Tipo de apoio			
Prioridades de Investimento  De Carbono BM TODOS OS SETORES  Prioridades de Investimento		PO SEUR	PO Contin.	PO Açores	PO Madeira
PI 4.1 - Promoção da produção e distribuição de energia de fontes renováveis	FC FEDER	SNR		IF	
PI 4.2 – Promoção da <b>eficiência energética nas empresas</b>	FEDER		IF	IF	IF
PI 4.3 - Apoio à <b>eficiência energética nas infraestruturas públicas</b> (edifícios públicos e habitação)	FC FEDER	IF / SNR	SNR	SNR	IF
PI 4.4 - Desenvolvimento e a implantação de <b>sistemas de</b> distribuição inteligente	FC FEDER	SNR			
PI 4.5 - Promoção de <b>estratégias de baixo teor de carbono</b> (incl. mobilidade sustentável)	FC FEDER	SNR	SNR	IF	SNR

FC – Fundo de Coesão FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

SNR – Subvenção não reembolsável IF – Instrumento Financeiro









PROMOVER A		Tino do	Tipo de apoio			
ADAPTAÇÃO ÁS ALIERAÇÕES CLIMÁTICAS E A GESTÃO E PREVENÇÃO DE BISCOS	Prioridades de Investimento	Tipo de fundo	PO SEUR	PO Contin.	PO Açores	PO Madeira
•	stimento para a adaptação às alterações climáticas,	FC	SNR			
incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas		FEDER			SNR	
_	investimentos para abordar riscos específicos,	FC	SNR			
assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes		FEDER			SNR	

FC - Fundo de Coesão

SNR – Subvenção não reembolsável









		Tino do	Tipo de apoio		e apoio		
PROTEGER O AMBENTE E PROMOVER A EFICÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	Prioridades de Investimento	fundo	PO SEUR	PO Contin.	PO Açores	PO Madeira	
requisitos do ace as necessidades	ento no <b>setor dos resíduos</b> para satisfazer os ervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer de investimento que excedam esses requisitos, os Estados-Membros	FC	SNR				
acervo da União necessidades de	ento no <b>setor da água</b> para satisfazer os requisitos do em matéria de ambiente e para satisfazer as investimento que excedam esses requisitos, os Estados-Membros	FC	SNR IF				
de sistemas de s	e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção serviços ecológicos, nomeadamente através da rede e infraestruturas verdes	FC FEDER	SNR	SNR	SNR	SNR	
revitalizar as cida	de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a ades, recuperar e descontaminar zonas industriais cluindo zonas de reconversão,),	FC FEDER	SNR	IF	IF	SNR	

FC – Fundo de Coesão FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

SNR – Subvenção não reembolsável IF – Instrumento Financeiro









1. Portugal 2020

2. Domínio temático SEUR

3. Programa Operacional SEUR









# Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

O **POSEUR** assume-se como tributário de parte da Agenda Valorização do Território, prosseguida no período 2007-2013 e a qual foi em parte financiada pelos Fundos Estruturais e de Coesão,

ganhando uma maior abrangência com a integração da dimensão energética,

nas vertentes eficiência, renováveis e segurança de abastecimento, enquanto mecanismo privilegiado para o cumprimento das políticas públicas do setor







# PO SEUR

### PROMOÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- C Economia de baixas emissões de carbono
- Adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos
- Proteção do ambiente e eficiência de recursos











# PO SEUR – Apoios ao Investimento















# PO SEUR - Estrutura

No sentido de contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, no que se refere sobretudo à prioridade do crescimento sustentável, o PO SEUR estabelece



um conjunto de OBJETIVOS TEMÁTICOS



C, que se traduzem operacionalmente em TRÊS EIXOS DE ATUAÇÃO 🔌





que por sua vez se desdobram em PRIORIDADES DE INVESTIMENTO

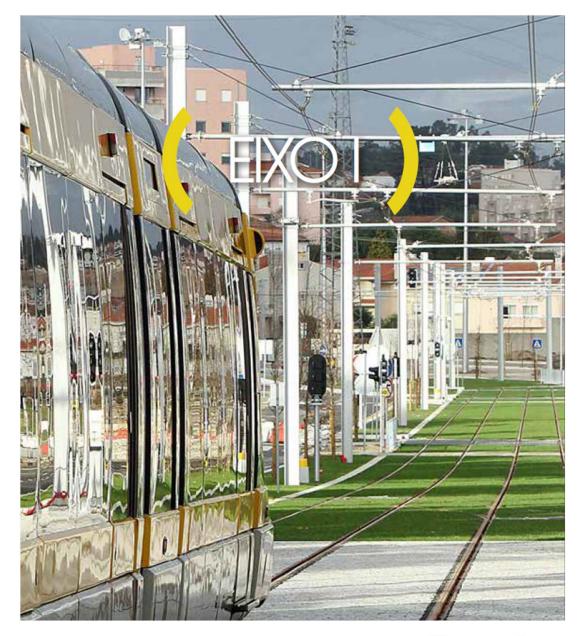


e objetivos específicos.









APOIAR A TRANSIÇÃO

PARA UMA ECONOMIA

COM BAIXAS EMISSÕES

DE CARBONO

EM TODOS OS SETORES









# Metas da Estratégia Europa 2020:

Objetivo	Indicadores	Meta PT2020	2012
	Emissões de Gases de Efeito de Estufa (variação % face a 2005 em emissões não CELE)	+1,0%	-12,0%
Clima e Energia	% Energias renováveis no consumo de energia final	31,0%	24,6%
	Eficiência Energética (ganho % relativamente a consumos de energia primária no cenário de referência)	20,0%	24,6%

Fonte: Programa Nacional de Reformas 2014









# **Metas UE-27**

**20%** Redução de gases de efeito de estufa

**20%** Incorporação de FER no consumo de energia final

**20%** Redução do consumo de energia

# Metas para Portugal

**27%** de crescimento das emissões de CO<sub>2</sub> (em 2010)

**31%** FER no Consumo Final Bruto de Energia

**10%** FER nos Transportes

**20%** Redução do consumo de Energia Primária

### **Metas do Governo**

Idem

Idem

Idem

**25%** Redução do Consumo de Energia Primária

**30%** Redução do Consumo no setor do Estado









Concretização do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis

- aumento da competitividade da economia nacional
- redução da dependência energética,
- redução da intensidade energética e carbónica.

As ações de fomento da diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, visam aproveitar o potencial energético endógeno e garantir a ligação das instalações produtoras à rede, reduzindo assim a dependência energética

As ações de eficiência energética a implementar abrangerão todos os setores da economia, sendo que será dada prioridade aos setores com maior peso no consumo de energia, com especial relevância para as empresas, a habitação e os transportes









#### Prioridade de investimento 4.1

PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA PROVENIENTE DE FONTES RENOVÁVEIS

#### **Objetivos específicos**

Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno, garantindo a ligação das instalações produtoras à rede e reduzindo assim a dependência energética.

### Exemplos de tipologias de ações

- Projetos-piloto referentes ao desenvolvimento de novas tecnologias (e.g. desenvolvimento de energias renováveis marinhas, biomassa, geotérmica, biogás, entre outras)
- Projetos de tecnologias que não estejam ainda disseminadas no território nacional.









# PO SEUR – EIXO I - Promoção da produção/distribuição de energia de fontes renováveis

#### **OBJETIVOS E PRIORIDADES**

#### **BENEFICIÁRIOS**

#### **TIPOS DE APOIO**

#### **OBJETIVOS:**

Apoio à diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno, garantindo a ligação das instalações produtoras à rede, reduzindo assim a dependência energética, encontrando-se alinhado com o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER) e cumprimento das metas comunitárias

#### PRIORIDADES:

Assegurar uma maior integração na rede dos projetos de produção de energia de base renovável, assim como o desenvolvimento de projetos de armazenagem de energia.

- Entidades Públicas que sejam agentes no mercado da energia (para os estudos)
- Produtores em regime especial
- No caso da RAM, Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. e entidades públicas ou equiparadas

# Subvenções não reembolsáveis

(O apoio a este tipo de investimento estará limitado ao montante que resultar da aplicação da metodologia de cálculo do *funding gap*)

A taxa máxima de financiamento sobre o investimento elegível é de 70%.

Fundo de Coesão: 135 M€









# PO SEUR – EIXO I - Promoção da produção/distribuição de energia de fontes renováveis

TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
<ul> <li>Projetos-piloto de produção de energia a partir de fontes renováveis</li> <li>Projetos de produção de energia a partir de fontes renováveis, com tecnologias testadas e que não estejam ainda suficientemente disseminadas no território nacional</li> <li>Projetos-piloto de armazenamento de energia, nomeadamente de origem renovável</li> <li>Prospeção, identificação e estudo das condições necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis e de novas tecnologias de armazenagem de energia</li> <li>Aproveitamento da energia hídrica</li> </ul>	<ul> <li>Operações comercialmente não viáveis, (cuja receita não permita a viabilidade económico-financeira do projeto)</li> <li>Nos projetos de produção de energia, utilizar uma tarifa de venda de energia a preços considerados de mercado, de acordo com a legislação em vigor</li> <li>Comunicação anual das economias de energia resultantes do(s) projeto(s) apoiado(s)</li> <li>Demonstrar autonomia física e funcional das ações a realizar no âmbito da operação, face a outros investimentos já realizados ou a realizar</li> </ul>	<ul> <li>Estudos, planos e projetos, auditorias energéticas, atividades preparatórias e assessorias, diretamente ligados à operação</li> <li>Fiscalização, assistência técnica e gestão de projetos, testes e ensaios</li> <li>Trabalhos de construção civil, e aquisição de equipamentos e materiais</li> <li>Campanhas de comunicação e informação</li> <li>Nos casos em que as intervenções previstas sejam tipificáveis, deverão ser tidos em conta os custos-padrão máximos por tecnologia definidos pela DGEG</li> </ul>









#### Prioridade de investimento 4.3

APOIO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, À GESTÃO INTELIGENTE DA ENERGIA E À UTILIZAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, NOMEADAMENTE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS, E NO SETOR DA HABITAÇÃO

#### **Objetivos específicos**

Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração central do Estado.

### Exemplos de tipologias de ações

- Contratos de gestão de eficiência energética (modelo ESCO) – edifícios com consumos relevantes de energia
- Implementação de medidas de eficiência energética – Edifícios com menor intensidade energética e/ou com menor potencial de redução de consumo.
- Apoio às ESE em projetos da AC.









# PO SEUR – EIXO I - Eficiência energética nas infraestruturas da AP

OBJETIVOS E PRIORIDADES	BENEFICIÁRIOS	TIPOS DE APOIO
OBJETIVOS: Aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na Administração Central  PRIORIDADES: Auditorias e diagnósticos Intervenções na envolvente opaca e na envolvente envidraçada dos edifícios Iluminação interior	<ul> <li>Organismos da Administração Central</li> <li>Entidades gestoras dos Instrumentos Financeiros através dos quais poderão ser apoiadas as Empresas de Serviços Energéticos no que respeita ao apoio enquanto veículos promotores da eficiência energética na Administração Central</li> <li>ADENE para a realização de campanhas de disseminação da eficiência energética na Administração Pública</li> </ul>	Instrumento financeiro -recupera pelo menos 70% da poupança líquida gerada - subvenções reembolsáveis a 100% nos casos em que os apoios sejam concedidos a Empresas de Serviços Energéticos não estando o reembolso dependente das economias de energia alcançadas  Taxa máxima de financiamento sobre o investimento elegível de 95%  Fundo de Coesão: 200 M€









# PO SEUR – EIXO I - Eficiência energética nas infraestruturas da AP

<ul> <li>Demonstrar uma redução do consumo de energia no(s) sistema(s) intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração central</li> <li>Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, avaliação ex-post independente do desempenho do projeto, e à implementação de Planos de Ação de eficiência energética, assim como ações de sensibilização na Administração Central do Estado</li> <li>Demonstrar uma redução do consumo de energia no(s) sistema(s) intervenções previstas sejam tipificáveis, deverão ser tidos em conta os custos-padrão máximos definidos pela DGEG e pela ADENE</li> <li>Evidenciar que as intervenções resultam em melhoramentos significativos em termos de eficiência energética, correspondendo a um aumento em pelo menos dois níveis no certificado de desempenho energético</li> <li>Demonstrar que geram benefícios financeiros líquidos positivos</li> <li>Demonstrar que geram benefícios financeiros líquidos positivos</li> <li>Despesa elegível com investimento em pelo menos dois níveis no certificado de desempenho energético</li> <li>Demonstrar que geram benefícios financeiros líquidos positivos</li> <li>Não são elegíveis despesas com intervenções de reconversão que alterem o uso das infraestruturas com pior desempenho energética, correspondendo a um aumento em pelo menos dois níveis no certificado de desempenho energético</li> <li>Demonstrar que geram benefícios financeiros líquidos positivos</li> <li>Não são elegíveis despesas com intervenções de reconversão que alterem o uso das infraestruturas com pior desempenho energético</li> <li>Não são elegíveis despesas com intervenções de reconversão que alterem o uso das infraestruturas com pior desempenho energético</li> </ul>	TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
	da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração central  Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, avaliação ex-post independente do desempenho do projeto, e à implementação de Planos de Ação de eficiência energética, assim como ações de sensibilização na Administração	<ul> <li>energia no(s) sistema(s) intervencionado(s) em, pelo menos, 15%</li> <li>Privilegiar edifícios/infraestruturas com pior desempenho energético</li> <li>Evidenciar que as intervenções resultam em melhoramentos significativos em termos de eficiência energética, correspondendo a um aumento em pelo menos dois níveis no certificado de desempenho energético</li> <li>Demonstrar que geram benefícios financeiros líquidos positivos</li> <li>Despesa elegível com investimento em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis limitada a 20% do</li> </ul>	intervenções previstas sejam tipificáveis, deverão ser tidos em conta os custos-padrão máximos definidos pela DGEG e pela ADENE  Despesa elegível com investimento em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis limitada a 20% do montante de investimento total  Não são elegíveis despesas com intervenções de reconversão que alterem o uso das infraestruturas cofinanciadas há menos de 10 anos; auditorias









#### Prioridade de investimento 4.3

APOIO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, À GESTÃO INTELIGENTE DA ENERGIA E À UTILIZAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, NOMEADAMENTE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS, E NO SETOR DA HABITAÇÃO

### **Objetivos específicos**

Aumento da eficiência energética no setor habitacional particular

### Exemplos de tipologias de ações

- Promoção da adoção de sistemas passivos (isolamentos, sombreamentos, entre outros);
- Uso de **equipamentos mais eficientes** que permitam reduzir o consumo de energia final (e.g. iluminação eficiente; janela eficiente; isolamento eficiente; solar térmico residencial).









# PO SEUR – EIXO I - Eficiência energética na habitação

#### **OBJETIVOS E PRIORIDADES BENEFICIÁRIOS TIPOS DE APOIO** Subvenções reembolsáveis Entidades gestoras de por via de instrumentos financeiros **OBJETIVOS:** instrumento financeiro para a promoção de Promover a maior eficiência energética do parque (alavancado com fundos de eficiência energética na habitacional por via da promoção da adoção de outras entidades financeiras). habitação, tendo como sistemas passivos, como também pelo uso de Adoção de mecanismos que destinatários finais das equipamentos mais eficientes que permitam reduzir permitam a recuperação total operações os titulares dos fundos alocados, sendo o consumo de energia final, considerando-se ainda de frações autónomas, sempre salvaguardada a a produção renovável descentralizada para de edifícios ou fogos de legislação em termos de habitação particular autoconsumo Ajudas de Estado ■ADENE, para a PRIORIDADES: realização de Taxa máxima de Apoio à implementação de ações que visem campanhas de financiamento sobre o aumentar a eficiência energética e a utilização de sensibilização e investimento elegível de 85% energias renováveis para autoconsumo na promoção da eficiência habitação particular energética na habitação







Fundo de Coesão:

200 M€



particular

# PO SEUR – EIXO I - Eficiência energética na habitação

### TIPOLOGIAS DE AÇÃO

- ■Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética no setor habitacional particular (exs: intervenções nas envolventes opaca e envidraçada dos edifícios e nos sistemas de produção de AQS sanitária e em outros sistemas técnicos, lluminação interior)
- ■Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis na habitação para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética (exs: sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável; auditorias, estudos, diagnósticos e análises energéticas)

### CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES

- Categoria de desempenho energético inicial (privilegiado o edificado existente com pior desempenho energético: categorias D, E e F).
- Rácios custo-eficácia
- Os projetos em eficiência energética devem ir para além dos requisitos mínimos obrigatórios estabelecidos nas Diretivas "Energy Performance of Buildings Directive and Renewable Energy Directive" e resultar num aumento em pelo menos 2 níveis no Certificado de Desempenho Energético
- Deverão ser tidos em conta os custospadrão máximos (definidos pela DGEG e pela ADENE
- Não são elegíveis quaisquer apoios à habitação social, uma vez que esta é apoiada nos programas operacionais regionais

#### **DESPESAS ELEGÍVEIS**

- A despesa elegível com investimento em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis está limitada a 20% do montante de investimento total da candidatura
- Não são elegíveis as seguintes despesas:
- Apoios a intervenções em frações autónomas, de edifícios ou fogos de habitação que tenham já sido alvo de apoios comunitários
- Custos incorridos com ações de realojamento;
- Auditorias obrigatórias por lei;
- Despesas associadas a outras intervenções em edifícios que não se encontrem relacionadas com o aumento do desempenho energético









#### Prioridade de investimento 4.4

DESENVOLVIMENTO E A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO INTELIGENTE QUE OPEREM A NÍVEIS DE BAIXA F MÉDIA TENSÃO

### **Objetivos específicos**

Dotar os consumidores da informação e ferramentas necessárias para que possam realizar eficiência energética e criar condições para o desenvolvimento de redes inteligentes, para o aumento de sinergias e redução de custos com vista à redução da tarifa.

### Exemplos de tipologias de ações

 Projetos-piloto de redes inteligentes abarcando cidades









# PO SEUR – EIXO I - Sistemas de distribuição inteligente

#### **OBJETIVOS E PRIORIDADES BENEFICIÁRIOS TIPOS DE APOIO** Subvenções parcialmente Entidades públicas ou reembolsáveis concessionárias em observância dos limites de (Operadores de redes intensidade de auxílio no caso de de distribuição de estarmos na presença de Ajudas eletricidade em baixa de Estado. **OBJETIVOS:** tensão ORD), Mecanismo de financiamento: Potenciar o aumento da eficiência energética recuperação nunca ser inferior a através do desenvolvimento de redes inteligentes Entidade gestora das 50% do apoio, durante um que permitam dotar os consumidores da Operações Logísticas período mínimo (correspondente a metade da vida útil do informação e ferramentas necessárias e criar de Mudança de investimento) da totalidade das Comercializador sinergias tendo em vista a redução de custos poupanças energéticas e outros (OLMC) benefícios contabilizados em termos globais, quer do operador PRIORIDADES: da rede de distribuição quer dos Entidade Reguladora Desenvolvimento de redes inteligentes consumidores finais. de Serviços Energéticos (ERSE) e Fundo de Coesão: Direção-Geral de 120 M€ Energia e Geologia (DGEG).....









# PO SEUR – EIXO I - Sistemas de distribuição inteligente

TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
<ul> <li>Realização de estudos para a preparação e avaliação dos projetos-piloto de sistemas de distribuição inteligentes;</li> <li>Instalação de sistemas e contadores inteligentes;</li> <li>Desenvolvimento e instalação de sistemas de gestão de informação proveniente de contadores de inteligentes;</li> <li>Instalação de concentradores e sistemas de comunicação, assim como rede conexa</li> </ul>	<ul> <li>Ainda não ter sido alvo de experiências-piloto à escala municipal;</li> <li>Abranger todos os consumidores na área geográfica em questão</li> <li>Rácios custo-eficácia</li> <li>Nível de contributo das ações previstas na operação candidata para as metas fixadas nos indicadores de realização e de resultado específicos associados à prioridade de investimento:         <ul> <li>Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes (n.º);</li> <li>Taxa de penetração de sistemas de contagem inteligentes (%)</li> </ul> </li> </ul>	<ul> <li>Estudos, planos e projetos, auditorias, atividades preparatórias e assessorias, diretamente ligados à operação</li> <li>Não são elegíveis as despesas relacionadas com investimentos em produção de energia</li> </ul>









#### Prioridade de investimento 4.5

PROMOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE BAIXO TEOR DE CARBONO PARA TODOS OS TIPOS DE TERRITÓRIOS, NOMEADAMENTE AS ZONAS URBANAS, INCLUINDO A PROMOÇÃO DA MOBILIDADE URBANA MULTIMODAL SUSTENTÁVEL E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO RELEVANTES PARA A ATENUAÇÃO

### **Objetivos específicos**

### Exemplos de tipologias de ações

Apoio à implementação de medidas de eficiência energética e à racionalização dos consumos nos transportes coletivos de passageiros.

Conversão de frotas de transportes colectivos de passageiros (rodoviário e fluvial) – gás natural

Mobilidade elétrica









#### Prioridade de investimento 4.5

PROMOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE BAIXO TEOR DE CARBONO PARA TODOS OS TIPOS DE TERRITÓRIOS, NOMEADAMENTE AS ZONAS URBANAS, INCLUINDO A PROMOÇÃO DA MOBILIDADE URBANA MULTIMODAL SUSTENTÁVEL E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO RELEVANTES PARA A ATENUAÇÃO

## **Objetivos específicos**

Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.

- Desenvolvimento de Planos de mobilidade;
- Ações e promoção da transferência modal de passageiros;
- Intervenções no âmbito da mobilidade a hidrogénio;
- Intervenções no âmbito da mobilidade suave;
- Intervenções no âmbito da utilização de energia, produzida a partir de fontes renováveis, nos transportes.









# PO SEUR – EIXO I – Mobilidade urbana sustentável

#### **OBJETIVOS E PRIORIDADES BENEFICIÁRIOS TIPOS DE APOIO** Subvenções não reembolsáveis As empresas e (O apoio a este tipo de concessionárias de investimento estará limitado ao transportes públicos de montante necessário para **OBJETIVOS:** passageiros garantir a viabilidade económica Promoção da eficiência energética e aumento da dos investimentos, em As empresas do setor observância dos limites de competitividade do setor dos transportes empresarial do estado e intensidade de auxílio no caso de estarmos na presença de Ajudas do setor empresarial PRIORIDADES: de Estado) local Apoio à implementação de medidas de eficiência Os organismos da A taxa máxima de energética e à racionalização dos consumos nos administração central do financiamento sobre o transportes públicos coletivos de passageiros Estado investimento elegível é de Apoio à promoção da utilização de transportes 85%. A ADENE com o objetivo ecológicos e da mobilidade sustentável de realizar estudos e Fundo de Coesão: campanhas de sensibilização 102 M€









# PO SEUR – EIXO I – Mobilidade urbana sustentável

coletivos de passageiros  Intervenções ao nível do apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e da  Intervenções ao nível do apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e da  Indicadores de realização e de recultado específicos previstos  Indicadores de realização e de veículos elétricos, a não ser para transportes públicos coletivos de passageiros, podendo ser apoiadas bicicleta	TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
projetos de âmbito nacional.  o investimentos em grandes infraestruturas de transportes e respetivo material circulante	implementação de medidas de eficiência energética e à racionalização dos consumos nos transportes públicos coletivos de passageiros  Intervenções ao nível do apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e da	na operação candidata para as metas fixadas nos indicadores de realização e de resultado específicos previstos	auditorias, atividades preparatórias e assessorias, diretamente ligados à operação  Não são elegíveis despesas com: o aquisição, locação ou qualquer outra utilização direta de veículos elétricos, a não ser para transportes públicos coletivos de passageiros, podendo ser apoiadas bicicletas para uso público integradas em projetos de âmbito nacional. o investimentos em grandes infraestruturas de transportes e









# PO SEUR – EIXO I: AVISOS PRIORITÁRIOS

Prioridade de investimento: "Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores"

#### Previsão Ação Tipologia de Beneficiários investimento total • Entidade gestora da € 650.000 Mobilidade Elétrica (Portugal Continental) - Atualização de mobilidade elétrica ou pontos de carregamento rápido a instalar na via pública Consórcio (Convite) • Ent. gestora da mob. elétr. 3 M€ Mobilidade Sustentável – Mobilid, Flétrica ou consórcio (Aviso) • Empresas de transportes Mobilidade Sustentável - Transportes Públ. públ. passageiros (Aviso) 5 M€ • Entidade gestora da mob. 5 M€ Mobilidade Sustentável – Mobilid. Flétrica elétrica ou Consórcio (Aviso) •Mobilidade Sustentável - Transportes Públ. • Empresas de transportes 20 M€ públ. passageiros (Aviso)









# PO SEUR – EIXO I: AVISOS PRIORITÁRIOS

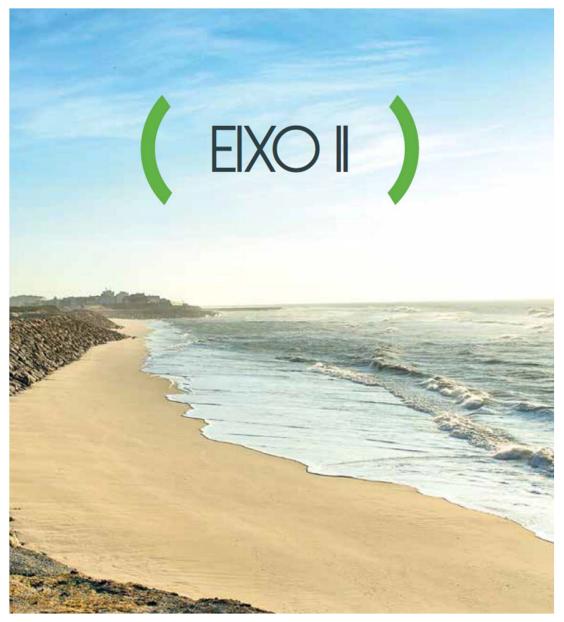
Prioridade de investimento: "Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores"

Ação	Tipologia de Beneficiários	Previsão investimento total
■ Energias renováveis	• Empresas (Aviso)	20 M€
■ Redes Inteligentes	Operadores da rede de distribuição de eletricidade em baixa tensão (Aviso)	









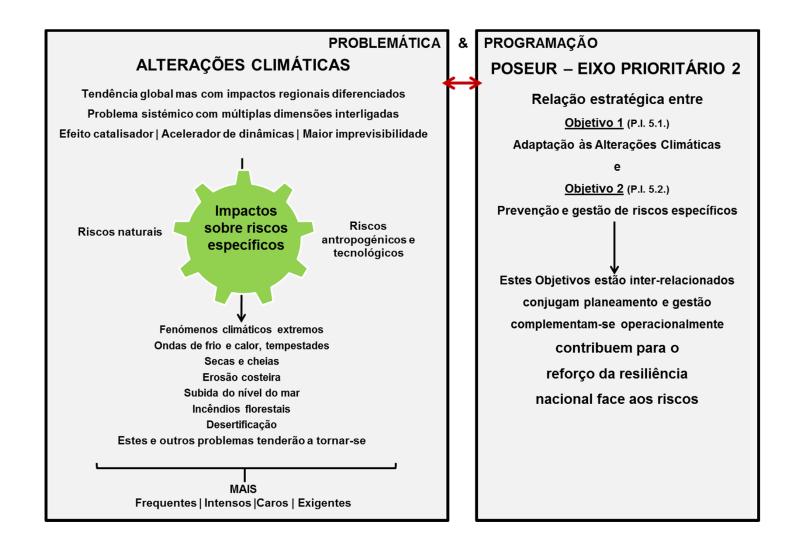
PROMOVER A ADAPTAÇÃO
ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
E A PREVENÇÃO E
GESTÃO DE RISCOS



















Portugal é dos países
europeus com
maior vulnerabilidade aos
impactes das alterações
climáticas, que tendem a
intensificar os riscos de

#### EROSÃO COSTEIRA

- Afeta aproximadamente 25% da orla costeira continental.
- Os processos erosivos poderão ser agravados pelos efeitos das alterações climáticas, designadamente pela subida mais rápida do nível do mar e ocorrência mais frequente de fortes temporais

#### INCÊNDIOS FLORESTAIS

- Regista-se anualmente uma área ardida bastante superior quer à média europeia, quer à média dos países da bacia mediterrânea.
- Entre 2002 e 2011 arderam (média anual) 76 mil hectares de povoamentos florestais e 68 mil hectares de matos

## CHEIAS E INUNDAÇÕES

Identificadas 22 zonas críticas de risco elevado









Operacionalização dos instrumentos de política climática, nomeadamente a Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), e de gestão e prevenção de riscos

- maior concentração nos principais riscos que afetam o território português
- reforço da prevenção, antecipação e reação mais eficaz
- promoção da inovação e de novas soluções e metodologias para os riscos
- gestão de riscos específicos por via da capacitação das instituições envolvidas

As ações de intervenção na orla costeira e as de combate aos incêndios florestais e prevenção de cheias merecerão um especial enfoque visando reforçar quer a proteção do litoral quer os meios de prevenção e combate do sistema nacional de proteção civil

As ações de melhoria dos níveis de conhecimento, planeamento e monitorização contribuirão para reduzir a elevada vulnerabilidade de Portugal às alterações climáticas no contexto europeu, contrariando a tendência de agravamento dos fenómenos meteorológicos extremos e dos seus impactes ambientais e socioeconómicos









#### Prioridade de investimento 5.1

CONCESSÃO DE APOIO AO INVESTIMENTO PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, INCLUINDO ABORDAGENS BASEADAS NOS ECOSSISTEMAS

## **Objetivos específicos**

Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas pela adoção e articulação de medidas transversais, setoriais e territoriais

- Planos municipais, intermunicipais, regionais e setoriais de adaptação às alterações climáticas;
- Ações imateriais do plano de combate à desertificação
- Ferramentas de apoio à decisão, incluindo sistemas de informação, modelação e cenarização
- Sistemas de previsão, alerta e resposta
- Reestruturação/modernização dos sistemas de meteorologia
- ■Produção de informação/conhecimento (estudos,cartografia);
- Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre AC;
- ■Projetos de demonstração e disseminação de boas práticas









#### Prioridade de investimento 5.2

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA FAZER FACE A RISCOS ESPECÍFICOS, ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA ÀS CATÁSTROFES E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE CATÁSTROFES

### **Objetivos específicos**

Proteção do litoral e das suas populações face a riscos, especialmente de erosão costeira

- Proteção e reabilitação de sistemas costeiros naturais, nomeadamente dunares;
- Ações de reposição de equilíbrio da dinâmica sedimentar
- Alimentação artificial de praias enquanto intervenção de proteção costeira;
- Reforço de cotas em zonas baixas costeiras ameaçadas pelo avanço das águas;
- •Minimização de risco associado à instabilidade das **arribas**;
- •Medidas ativas que visem restabelecer o fornecimento de sedimentos ao litoral;
- Ações para maior resiliência às frentes urbanas,
- ■Implementação de ações de recuo planeado









#### Prioridade de investimento 5.2

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA FAZER FACE A RISCOS ESPECÍFICOS, ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA ÀS CATÁSTROFES E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE CATÁSTROFES

### **Objetivos específicos**

Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas

## Domínios prioritários de investimento

- A. REDUÇÃO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS
- B. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS DE CHEIAS E INUNDAÇÕES
- C. MEIOS DE EMERGÊNCIA E AÇÕES PREVENTIVAS FACE A ACIDENTES GRAVES E CATÁSTROFES
- D. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, MONITORIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- E. AÇÕES INOVADORAS PARA PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS









#### Prioridade de investimento 5.2

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA FAZER FACE A RISCOS ESPECÍFICOS, ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA ÀS CATÁSTROFES E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE CATÁSTROFES

### **Objetivos específicos**

Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas

- A. REDUÇÃO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS
- •Meios aéreos próprios para missões de Proteção Civil
- Duas aeronaves aviões pesados anfíbios.
- Equipamentos e estruturas operacionais
- Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- Veículos de Prevenção e Socorro;
- Intervenções na rede de infraestruturas para reforço da operacionalidade.
- ■Rede de defesa da floresta contra incêndios









#### Prioridade de investimento 5.2

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA FAZER FACE A RISCOS ESPECÍFICOS, ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA ÀS CATÁSTROFES E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE CATÁSTROFES

### **Objetivos específicos**

Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas

- ➢ B. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS DE CHEIAS E INUNDAÇÕES
- Portugal continental, nas 22 áreas criticas:
- Intervenções estruturais de desobstrução, regularização fluvial e controlo de cheias, em zonas em que a ocorrência de inundações é frequente e os danos são elevados
- ■Região Autónoma da Madeira:
- Obras de hidráulica torrencial de proteção contra os efeitos dos aluviões. Intervenções contempladas na Lei de Meios, na sequência do levantamento efetuado pela Comissão Paritária criada na sequência da intempérie de 20 de fevereiro de 2010









#### Prioridade de investimento 5.2

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA FAZER FACE A RISCOS ESPECÍFICOS, ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA ÀS CATÁSTROFES E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE CATÁSTROFES

## **Objetivos específicos**

Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas

- C. MEIOS DE EMERGÊNCIA E AÇÕES PREVENTIVAS FACE A ACIDENTES GRAVES E CATÁSTROFES
- ■Reserva estratégica nacional de proteção civil
- Equipamentos para gestão de incidentes NRBQ Nucleares, Radiológicos, Biológicos e Químicos.
- Equipamentos para combate à poluição marinha
- ■Intervenções estruturantes para redução de riscos de acidentes graves e catástrofes decorrentes de movimentos de massa em vertente









#### Prioridade de investimento 5.2

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA FAZER FACE A RISCOS ESPECÍFICOS, ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA ÀS CATÁSTROFES E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE CATÁSTROFES

### **Objetivos específicos**

Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas

- D. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, MONITORIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- ■Planos.
- Estudos técnicos e cartografia para a caracterização de riscos naturais e tecnológicos.
- ■Sistemas de informação e monitorização.
- Campanhas e instrumentos de comunicação;
- Execução de cadastro predial e desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação Cadastral
- Rede de defesa da floresta contra incêndios









#### Prioridade de investimento 5.2

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA FAZER FACE A RISCOS ESPECÍFICOS, ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA ÀS CATÁSTROFES E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE CATÁSTROFES

### **Objetivos específicos**

Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas

- E. AÇÕES INOVADORAS PARA PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS
- Novas tecnologias de apoio ao planeamento e gestão de riscos
- Utilização de dispositivos de controlo remoto (*Unmanned Aerial Vehicles*) para monitorização de riscos ambientais
- ■Modelos de resposta em situações de escassez de recurso
- ■Planos de resiliência urbana
- Uso de imagens de satélite
- Big data analytics e open data, reforçando a intelligence associada ao sistema de proteção civil e prevenção de riscos









As abordagens de planeamento e gestão de riscos são por natureza transversais e intersetoriais, o que, no processo de programação (PO SEUR) e no sentido de acomodar diferentes objetivos e prioridades, gerou a necessidade de **ARTICULAÇÃO**:

#### > INTERMINISTERIAL

MAOTE – Prioridade política de proteção do litoral; adaptação climática; cheias

MAI – Prioridade de proteção civil e de combate a incêndios

MAM – Prioridades no domínio do mar, florestas, adaptação climática

MS – Prioridades de atuação contra ondas de calor e vetores de doença

Estão ainda previstas várias elegibilidades de caráter transversal na área da prevenção gestão de riscos – produção de conhecimento, sistemas de informação, monitorização, planeamento, comunicação – pelo que outros Ministérios poderão ser beneficiários através das suas instituições.

#### > REGIONAL

R.A. Madeira - Intervenções contempladas na Lei de Meios

ITI - Várias das intervenções continentais serão financiadas num âmbito local e regional, beneficiando (municípios ou CIMs) diretamente do PO ou, mais indiretamente, via ITIs.









OBJETIVOS E PRIORIDADES	BENEFICIÁRIOS	TIPOS DE APOIO
OBJETIVOS: Reforçar a capacidade nacional de adaptação às alterações climáticas e de prevenção e gestão de riscos	<ul> <li>Administração Pública Central e Local</li> <li>Associações de Municípios</li> <li>Setor Empresarial do Estado</li> <li>Administrações portuárias e empresas</li> </ul>	Subvenções não reembolsáveis  Taxa máxima de cofinanciamento para as operações aprovadas: 85% das despesas
PRIORIDADES: Principais riscos que afetam o território português (intervenções na orla costeira, prevenção e combate a incêndios florestais e prevenção de cheias)	<ul> <li>públicas ou de capitais públicos que tenham por missão desenvolver operações integradas de requalificação do litoral</li> <li>Outras entidades que tenham por missão desenvolver operações de gestão de riscos</li> </ul>	elegíveis <i>Fundo de Coesão:</i> 401 M€









TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
<ul> <li>Planos municipais, intermunicipais, regionais e setoriais de adaptação;</li> <li>Ferramentas de apoio à decisão, incluindo sistemas de informação</li> <li>Reestruturação sistemas de meteorologia</li> <li>Produção de informação</li> <li>Ações de comunicação e sensibilização;</li> <li>Projetos de demonstração de boas práticas</li> <li>Outras</li> </ul>	<ul> <li>Demonstrar orientação para a adaptação às alterações climáticas de acordo com Estratégia setorial (ENAAC)</li> <li>Contributo das ações para as metas fixadas</li> <li>Contributo para a identificação ou correção das vulnerabilidades do território</li> <li>Carácter inovador</li> <li>Efeito de âmbito supramunicipal</li> </ul>	<ul> <li>Estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados às operações</li> <li>Despesas especificas de acordo com as tipologias de ação</li> </ul>









<ul> <li>Proteção e reabilitação de sistemas costeiros naturais;</li> <li>Ações de reposição de equilíbrio da dinâmica sedimentar</li> <li>Alimentação artificial de praias;</li> <li>Reforço de cotas em zonas baixas costeiras;</li> <li>Ações para maior resiliência às frentes urbanas,</li> <li>Implementação de ações de recuo planeado</li> <li>Enquadramento ao nível de instrumentos de planeamento setorial</li> <li>Não são elegíveis ações com mero caráter de urgência e emergência, ou seja, de atuações pontuais para remediar temporariamente uma situação</li> <li>Contributo das ações para as metas fixadas</li> <li>Caráter estrutural das intervenções e impacte sistémico na redução da erosão costeira, promovendo a reposição do equilibrio na dinâmica sedimentar ao longo da costa, contribuindo para uma gestão integrada e racional de sedimentos</li> <li>Grau de maturidade</li> <li>Caráter inteligente, eficiente e resiliente das intervenções</li> </ul>	TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
	<ul> <li>sistemas costeiros naturais;</li> <li>Ações de reposição de equilíbrio da dinâmica sedimentar</li> <li>Alimentação artificial de praias;</li> <li>Reforço de cotas em zonas baixas costeiras;</li> <li>Ações para maior resiliência às frentes urbanas,</li> <li>Implementação de ações de</li> </ul>	<ul> <li>instrumentos de planeamento setorial</li> <li>Não são elegíveis ações com mero caráter de urgência e emergência, ou seja, de atuações pontuais para remediar temporariamente uma situação</li> <li>Contributo das ações para as metas fixadas</li> <li>Caráter estrutural das intervenções e impacte sistémico na redução da erosão costeira, promovendo a reposição do equilíbrio na dinâmica sedimentar ao longo da costa, contribuindo para uma gestão integrada e racional de sedimentos</li> <li>Grau de maturidade</li> <li>Caráter inteligente, eficiente e resiliente</li> </ul>	atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados às operações  Trabalhos em meio marinho que podem incluir extração, transporte e deposição de sedimentos  Trabalhos de recuperação e renaturalização de sistemas









TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
<ul> <li>A. Redução Incêndios Florestais – Aquisição 2 aeronaves; Equipamentos Proteção Individual (EPI); Veículos de Proteção;</li> <li>Redução cheias e inundações         <ul> <li>Ações de desobstrução,</li> <li>regularização fluvial e controlo de cheias</li> </ul> </li> <li>C. Meios de emergência e ações preventivas face a acidentes graves e catástrofes</li> <li>D. Instrumentos de planeamento</li> <li>E. Ações inovadoras</li> </ul>	<ul> <li>Enquadramento ao nível de instrumentos de planeamento setorial</li> <li>Pareceres de instituições relevantes quando aplicável (ANPC, APA, ICNF)</li> <li>Outros critérios específicos</li> <li>Contributo das ações para as metas fixadas</li> <li>Caráter prioritário da intervenção</li> <li>Carácter inovador</li> <li>Análise custo-beneficio</li> <li>Contributo para a promoção de soluções integradas</li> <li>Outros critérios dependendo das tipologias especificas face aos riscos em causa</li> </ul>	<ul> <li>Estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados às operações</li> <li>Despesas especificas de acordo com as tipologias de ação, incluindo aquisição de equipamentos e intervenções especificas em redução de riscos</li> </ul>









# PO SEUR – EIXO II: AVISOS PRIORITÁRIOS

Prioridades de investimento: "Adaptação às alterações climáticas" e "Gestão de riscos específicos"

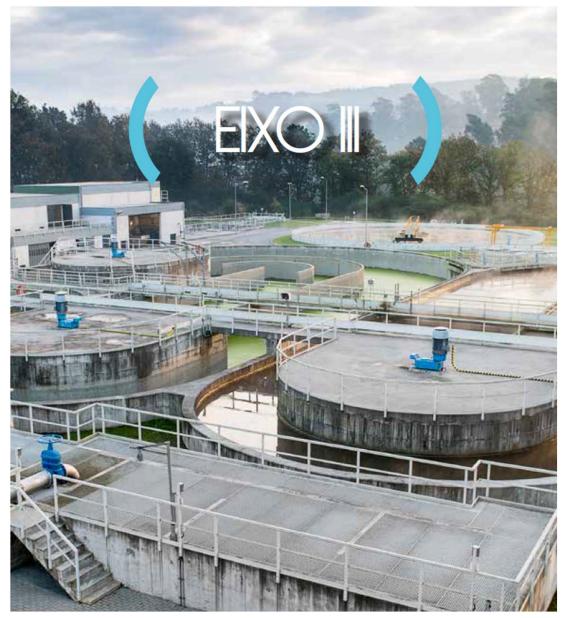
Ação	Tipologia de Beneficiários	Previsão investimento total
<ul> <li>Planos municipais e intermunicipais de adaptação às alterações climáticas</li> </ul>	Municípios e suas associações (concurso)	n.d.
<ul> <li>Ações de proteção do litoral</li> <li>Reposição de equilíbrio da dinâmica sedimentar</li> <li>Recuperação de ecossistemas costeiros e lagunares</li> </ul>	APA (convite)	200 M€
<ul> <li>Ações preventivas face a acidentes graves e catástrofes</li> </ul>	ANPC; AP; municípios e suas associações; ONGAs ou outras entid. mediante protocolo ou outra forma de cooperação c/ as entid. anteriores (concurso)	n.d.
<ul> <li>Aquisição de aeronaves para combate a incêndios florestais</li> </ul>	ANPC (convite)	50 M€
<ul> <li>Soluções Inovadoras para Prevenção de Riscos</li> </ul>	AP; entidades gestoras de ZIF; municípios e suas associações; outras entidades que tenham por missão desenvolver operações de gestão de riscos	n.d.











PROTEGER O AMBIENTE E PROMOVER A EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS









A preservação dos recursos naturais e a minimização dos impactes negativos sobre a saúde pública e o ambiente, contempla de modo integrado, aspetos de planeamento, prevenção e gestão eficiente

#### **RESÍDUOS**

- A produção de resíduos urbanos (RU) tem diminuído nos anos mais recentes (2012: 4.528 milhões de toneladas; redução de cerca de 7,4% face a 2011).
- ■Os RU em Portugal continental são maioritariamente destinados à deposição em aterro, no entanto, verifica-se a redução de deposição de RUB a partir de 2010 e a tendência crescente da preparação para reutilização e reciclagem (que atingiu 24%, face a quantidade total de RU Recicláveis)

### RECURSOS HÍDRICOS E C.U.A.

- Portugal necessita de densificar os pontos de monitorização e alargar o espectro de parâmetros por forma a cobrir um maior número de massas de água.
- Existem ainda aglomerações com descargas de águas residuais urbanas por resolver
- Carecem de melhoria os níveis de eficiência operacional das entidades gestoras









A porção de território continental classificado por razões de conservação da natureza (Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000) cifra-se em cerca de 2.000.000 ha, cerca de 22% do território de Portugal continental

#### **BIODIVERSIDADE**

- ■As últimas avaliações do estado de conservação de espécies e habitats (relatórios Diretivas Aves e Habitats – 2013) demonstram resultados muito pouco satisfatórios para o caso português, com uma percentagem significativa de espécies e habitats em mau ou inadequado estado de conservação (Região Atlântica – 30% espécies e 78% / Região Mediterrânica – 46% espécies e 68% habitats)
- Existe um conjunto significativo de espécies para as quais não é possível sequer avaliar o estado de conservação, por falta de informação relativamente a alguns parâmetros (Região Atlântica 52% / Região Mediterrânica 38%)

#### **PASSIVOS AMBIENTAIS**

Existem locais contaminados em resultado de atividades industriais ou mineiras atualmente desativadas ou abandonadas, geograficamente delimitados, que comportam um nível de risco potencial para a saúde humana e para os ecossistemas









Operacionalização das estratégias para o setor dos resíduos (PERSU 2020), para o setor das águas (PENSAAR 2020), para a biodiversidade (Diretivas Aves e Habitats e PAF) e para os passivos ambientais

- melhoria dos níveis de reciclagem e de outras formas valorização de resíduos urbanos
- resolução de problemas de saneamento de águas residuais, melhoria da qualidade dos serviços de AA e SAR e da qualidade das massas de água
- melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats
- reabilitação de áreas degradadas

As ações no âmbito dos setores dos resíduos e das águas visam o cumprimento das metas determinadas pelos respetivos planos estratégicos e a satisfação dos requisitos dos acervos ambientais da União Europeia.

No âmbito das ações de gestão dos valores naturais protegidos e da biodiversidade, embora esteja genericamente consolidada a designação de áreas classificadas no meio terrestre e costeiro/litoral, cabe desenvolver o processo de estabelecimento de uma rede coerente de áreas protegidas marinhas, ainda em curso.









#### Prioridade de investimento 6.1

INVESTIMENTO NO SETOR DOS RESÍDUOS PARA SATISFAZER OS REQUISITOS DO ACERVO DA UNIÃO EM MATÉRIA DE AMBIENTE E PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO QUE EXCEDAM ESSES REQUISITOS, IDENTIFICADAS PELOS ESTADOS-MEMBROS

## **Objetivos específicos**

Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem

(necessidades enquadradas pelo PERSU 2020 – estratégia dos resíduos urbanos do continente para o período 2014- 2020)

- Ações para a prevenção da produção e perigosidade dos resíduos
- Ações para aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial
- Ações para aumento da valorização orgânica de resíduos
- Ações para erradicação progressiva da deposição direta em aterro
- Ações para desvio de aterro dos refugos e rejeitados das unidades de TMB de RU, passíveis de valorização energética
- Ações imateriais com vista à certificação de materiais, produtos, instalações e serviços de gestão de resíduos









# PO SEUR – EIXO III - Valorização de Resíduos Urbanos

OBJETIVOS E PRIORIDADES	BENEFICIÁRIOS	TIPOS DE APOIO
OBJETIVOS: Valorização de resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem  PRIORIDADES: Redução da produção e deposição em aterro Aumento da recolha seletiva e reciclagem Valorização dos resíduos como recurso Contributo do setor dos resíduos para a redução de emissões de GEE e promoção da economia circular	<ul> <li>Administração Pública central, regional e local</li> <li>Associações de municípios</li> <li>Setor empresarial do Estado</li> <li>Setor empresarial local;</li> <li>Entidades do Setor Publico Regional</li> <li>Empresas concessionárias municipais, intermunicipais ou multimunicipais</li> <li>Outras entidades mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades anteriores</li> </ul>	Subvenções não reembolsáveis  Taxa máxima de cofinanciamento para as operações aprovadas: 85% das despesas elegíveis  Fundo de Coesão: 306 M€









# PO SEUR – EIXO III - Valorização de Resíduos Urbanos

TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
<ul> <li>Prevenção da produção e perigosidade dos resíduos</li> <li>Promoção da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial</li> <li>Promoção da valorização orgânica de resíduos</li> <li>Erradicação progressiva da deposição direta em aterro</li> <li>Desvio de aterro dos refugos e rejeitados das unidades de TMB</li> <li>Estudos e ações imateriais com vista à certificação</li> </ul>	<ul> <li>Parecer da Autoridade Nacional de Resíduos (enquadramento da operação na estratégia e objetivos definidos no PERSU 2020 e nos Planos de Ação multimunicipais, intermunicipais e municipais aplicáveis)</li> <li>Parecer das entidades responsáveis das Regiões Autónomas (enquadramento da operação nos Planos Estratégicos de Prevenção e Gestão de Resíduos e no Plano Estratégico para a Energia Elétrica nos Açores, para a intervenção prevista para a RAA)</li> <li>Análise custo-benefício (viabilidade e sustentabilidade do investimento)</li> <li>Financiamento comunitário refletido (revertendo integralmente a favor da tarifa) no modelo económico-financeiro proposto pelas entidades gestoras</li> </ul>	<ul> <li>Estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados à operação</li> <li>Trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia;</li> <li>Aquisição de terrenos e constituição de servidões indispensáveis à realização da operação.</li> <li>Ações complementares de compensação e outras medidas adicionais de integração ambiental</li> <li>Despesas relativas a testes e ensaios (máx. por 6 meses, desde que os respetivos custos não sejam cobrados aos utentes)</li> </ul>
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		









#### Prioridade de investimento 6.2

INVESTIMENTO NO SETOR DA ÁGUA PARA SATISFAZER OS REQUISITOS DO ACERVO DA UNIÃO EM MATÉRIA DE AMBIENTE E PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO QUE EXCEDAM ESSES REQUISITOS, IDENTIFICADAS PELOS ESTADOS-MEMBROS

## **Objetivos específicos**

Satisfação dos requisitos do acervo ambiental da União e melhoria da qualidade das massas de água

- Estudos para definir normativos para o estabelecimento de caudais ecológicos
- Estudos necessários para melhorar e complementar os critérios de classificação das massas de água
- Ações de desenvolvimento de modelos de gestão dos recursos hídricos para melhor alocação de água face aos usos e para apoio ao estabelecimento de valores limites de emissão, para proteção do estado das massas de água, através de aquisição de software de modelação matemática da qualidade da água, respetiva calibração









# PO SEUR – EIXO III - Gestão Eficiente dos Recursos Hídricos

#### **OBJETIVOS E PRIORIDADES BENEFICIÁRIOS TIPOS DE APOIO** Subvenções não **OBJETIVOS:** reembolsáveis Administração pública Contribuir para uma utilização eficiente do recurso central e regional água com vista assegurar o cumprimento da Taxa máxima de Diretiva Quadro da Água. Sector Empresarial cofinanciamento para as Regional operações aprovadas: PRIORIDADES: Melhorar o conhecimento do estado das massas de 85% das despesas Outras entidades elegíveis água mediante protocolo ou Desenvolver ferramentas de apoio à gestão, com outras formas de vista a melhoria do estado das massas de água e a Fundo de Coesão: cooperação com as *15 M€* utilização eficiente do recurso água entidades anteriores









# PO SEUR – EIXO III - Gestão Eficiente dos Recursos Hídricos

TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
<ul> <li>Estudos para definir normativos para o estabelecimento de caudais ecológicos</li> <li>Estudos necessários para melhorar e complementar os critérios de classificação das massas de água</li> <li>Ações de desenvolvimento de modelos de gestão dos recursos hídricos para melhor alocação de água face aos usos e para apoio ao estabelecimento de valores limites de emissão, para proteção do estado das massas de água, através de aquisição de software de modelação matemática da qualidade da água e respetiva calibração</li> </ul>	<ul> <li>Demonstrem adequado grau de maturidade, de acordo com os requisitos mínimos fixados pela Autoridade de Gestão nos avisos para a apresentação de candidaturas</li> <li>Justifiquem necessidade e oportunidade da realização da operação</li> <li>Demonstrem a sustentabilidade da operação após realização do investimento</li> </ul>	<ul> <li>Recolha e tratamento de dados, nomeadamente no que se refere a dados de monitorização das massas de água</li> <li>Aquisição de equipamentos, sistemas de monitorização, informação, tecnológicos, material e software</li> </ul>









#### Prioridade de investimento 6.2

INVESTIMENTO NO SETOR DA ÁGUA PARA SATISFAZER OS REQUISITOS DO ACERVO DA UNIÃO EM MATÉRIA DE AMBIENTE E PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO QUE EXCEDAM ESSES REQUISITOS, IDENTIFICADAS PELOS ESTADOS-MEMBROS

## **Objetivos específicos**

Otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água (\*)

(\*) Os investimentos a realizar no continente para o setor do Abastecimento de Água (AA) e Saneamento de Águas Residuais (SAR) encontram-se enquadrados no PENSAAR 2020

- Controlo e redução de perdas nos sistemas em baixa de distribuição e adução de água
- Renovação de redes de abastecimento de água em baixa após uma análise custo-benefício
- ■Fecho de sistemas de AA em baixa e SAR para otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço
- ■Implementação de sistemas de gestão de lamas de ETA com melhoria do tratamento da fase sólida
- Cadastro das infraestruturas dos sistemas em baixa
- Ações de redução da poluição urbana nas massas de água
- ■Reabilitação dos sistemas de **drenagem de águas residuais**
- ■Reutilização de águas residuais tratadas









# PO SEUR – EIXO III - Gestão eficiente do Ciclo Urbano da Água

OBJETIVOS E PRIORIDADES	BENEFICIÁRIOS	TIPOS DE APOIO
OBJETIVOS: Contributo para a implementação da estratégia definida no PENSAAR 2020, com vista à otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes no âmbito do ciclo urbano da água.  PRIORIDADES: - Intervenção nas aglomerações identificadas com descargas de águas residuais urbanas por resolver no âmbito da Diretiva Águas Residuais Urbanas (DARU) - Redução da poluição urbana das massas de água - Melhoria dos níveis de eficiência operacional das entidades gestoras, quer no saneamento quer no abastecimento, com vista a melhoria do qualidade do serviço prestado por estas entidades.	<ul> <li>Administração pública central, regional e local</li> <li>Associações de municípios</li> <li>Setor empresarial do Estado</li> <li>Setor empresarial local</li> <li>Entidades do Setor Publico Público Regional</li> <li>Empresas concessionárias municipais, intermunicipais ou multimunicipais</li> <li>Outras entidades mediante protocolo;</li> <li>Organismo que implementa o instrumento financeiro, no caso das operações destinadas a proporcionar a otimização e gestão eficiente de ativos</li> </ul>	619 M€









# PO SEUR – EIXO III - Gestão eficiente do Ciclo Urbano da Água

#### **TIPOLOGIAS** CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE **DESPESAS ELEGÍVEIS DE AÇÃO** DAS OPERAÇÕES ■Controlo e redução de perdas nos Estudos, planos, projetos, Demonstrar alinhamento com a estratégia sistemas em baixa de distribuição e atividades preparatórias e e objetivos definidos no PENSAAR 2020, adução de água assessorias diretamente no caso das operações relativas ao ligados à operação território continental e com os objetivos e ■ Renovação de redes de com os objetivos dos Planos de natureza abastecimento de água em baixa ■ Trabalhos de construção civil após uma análise custo-benefício estratégica em vigor, nomeadamente o e outros trabalhos de PRAM e PGRH (RH10), no caso das engenharia; ■ Fecho de sistemas de AA em baixa operações relativas à Região Autónoma e SAR para otimização da utilização Aquisição de terrenos e da Madeira. da capacidade instalada e da constituição de servidões adesão ao servico Análise custo-benefício (viabilidade e indispensáveis à realização sustentabilidade do investimento) da operação. ■Implementação de sistemas de ■ Financiamento comunitário refletido Acões complementares de gestão de lamas de ETA c/ melhoria do tratamento da fase sólida (revertendo integralmente a favor da compensação e outras tarifa) no modelo económico-financeiro medidas adicionais de Cadastro das infraestruturas proposto pelas entidades gestoras. integração ambiental Ações de redução da poluição Despesas relativas a testes e ■ Demonstrar, nos projetos de renovação urbana nas massas de água ou reabilitação, que o investimento ensaios (máx. por 6 meses, ■ Reabilitação dos sistemas de proposto responde às necessidades desde que os respetivos drenagem de águas residuais identificadas no levantamento cadastral custos não sejam cobrados ■ Reutilização de águas residuais das infraestruturas aos utentes) tratadas









#### Prioridade de investimento 6.3

PROTEÇÃO E REABILITAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SOLOS E PROMOÇÃO DE SISTEMAS DE SERVIÇOS ECOLÓGICOS, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DA REDE NATURA 2000 E DE INFRAESTRUTURAS VERDES

#### **Objetivos específicos**

Conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos

#### Domínios prioritários de investimento

- A. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
- B. GESTÃO E ORDENAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS E CLASSIFICADAS
- C. INFORMAÇÃO
- D. PROTEÇÃO E ORDENAMENTO DOS RECURSOS GEOLÓGICOS









#### Prioridade de investimento 6.3

PROTEÇÃO E REABILITAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SOLOS E PROMOÇÃO DE SISTEMAS DE SERVIÇOS ECOLÓGICOS, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DA REDE NATURA 2000 E DE INFRAESTRUTURAS VERDES

#### **Objetivos específicos**

Conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos

#### Exemplos de tipologias de ações

#### A. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- Recuperação e proteção de espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável
- Prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras
- Recuperação de **ecossistemas degradados** por impactes severos, prioritariamente em áreas classificadas
- Adaptação às alterações climáticas previstas no setor da biodiversidade da ENAAC e prioritariamente as que contribuam para a coerência da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (e.g. ecossistemas dunares; galerias ripícolas).









#### Prioridade de investimento 6.3

PROTEÇÃO E REABILITAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SOLOS E PROMOÇÃO DE SISTEMAS DE SERVIÇOS ECOLÓGICOS, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DA REDE NATURA 2000 E DE INFRAESTRUTURAS VERDES

#### **Objetivos específicos**

Conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos

#### Exemplos de tipologias de ações

- B. GESTÃO E ORDENAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS E CLASSIFICADAS
- Planos de Gestão dos sítios da Rede Natura 2000, incluindo no meio marinho
- Avaliação, revisão dos Planos de Ordenamento de Áreas
   Protegidas (POAP) e sua execução, nos termos previstos nos
   Programas de Execução respetivos
- ■Planos de Ação de Espécies









#### Prioridade de investimento 6.3

PROTEÇÃO E REABILITAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SOLOS E PROMOÇÃO DE SISTEMAS DE SERVIÇOS ECOLÓGICOS, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DA REDE NATURA 2000 E DE INFRAESTRUTURAS VERDES

#### **Objetivos específicos**

Conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos

#### Exemplos de tipologias de ações

#### C. INFORMAÇÃO

- •SI e portais relacionados com a conservação da natureza
- Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados
- Sistema de informação para o meio marinho
- Cartografia de habitats naturais
- ■Desenvolvimento de um sistema nacional de indicadores e programas de monitorização nacionais do estado de conservação dos valores naturais protegidos
- ■Mapeamento e avaliação a um nível nacional dos ecossistemas e dos seus serviços
- Conteúdos e ações de sensibilização para a conservação da natureza junto da comunidade jovem e escolar









#### Prioridade de investimento 6.3

PROTEÇÃO E REABILITAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SOLOS E PROMOÇÃO DE SISTEMAS DE SERVIÇOS ECOLÓGICOS, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DA REDE NATURA 2000 E DE INFRAESTRUTURAS VERDES

#### **Objetivos específicos**

Conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos

#### Exemplos de tipologias de ações

# D. PROTEÇÃO E ORDENAMENTO DOS RECURSOS ENDÓGENOS

 mapeamento e quantificação dos recursos geológicos e de águas minerais nacionais









# PO SEUR – EIXO III - Conservação da Natureza

OBJETIVOS E PRIORIDADES	BENEFICIÁRIOS	TIPOS DE APOIO
OBJETIVOS: Conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos  PRIORIDADES: Gestão dos valores naturais protegidos e da biodiversidade Conhecimento e Monitorização da biodiversidade Promover a proteção e o ordenamento dos recursos geológicos e das águas minerais Recuperação de passivos ambientais	<ul> <li>Administração pública central e local</li> <li>Setor empresarial do Estado</li> <li>Empresas municipais</li> <li>Outras entidades (ONGAs e pessoas coletivas sem fins lucrativos), mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades anteriores</li> </ul>	Subvenções não reembolsáveis  Taxa máxima de cofinanciamento para as operações aprovadas:  85% das despesas elegíveis  Fundo de Coesão: 40 M€









# PO SEUR – EIXO III - Conservação da Natureza

TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
<ul> <li>Conservação da natureza:         Recuperação/proteção de espécies, habitats e ecossistemas</li> <li>Gestão e ordenamento de áreas protegidas e classificadas:         Elaboração de Planos de Gestão (Rede Natura 2000 e Zonas Especiais de Conservação) e de Planos de Ação de Espécies e revisão de Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas</li> <li>Informação:         Sistemas de informação e portais</li> <li>Proteção e ordenamento dos recursos geológicos</li> </ul>	<ul> <li>Conformidade com:         <ul> <li>Quadro de Ações Prioritárias para a Rede Natura 2000 (PAF),</li> <li>Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade</li> <li>Plano Setorial para a Rede Natura 2000</li> <li>Diretivas Aves e Habitats</li> </ul> </li> <li>Parecer favorável do ICNF</li> <li>Natureza estrutural, não recorrente</li> <li>Identificação de sistemas de monitorização pós-projeto e de ações de manutenção e/ou gestão corrente (e respetivas fontes de financiamento)</li> </ul>	<ul> <li>Custos reais incorridos com trabalhos de recuperação e renaturalização de sistemas naturais</li> </ul>
J		









#### Prioridade de investimento 6.4

ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS A RECUPERAR E DESCONTAMINAR ZONAS INDUSTRIAIS ABANDONADAS

#### **Objetivos específicos**

Recuperação de passivos ambientais localizados em antigas unidades industriais (\*), mitigando os seus efeitos sobre o ambiente

#### Exemplos de tipologias de ações

- ■Ações de reabilitação e regeneração de locais contaminados e de zonas mineiras (projetos selecionados e priorizados pelo Grupo de Trabalho Passivos Ambientais, em que se tenha verificado e demonstrado a impossibilidade total de aplicação do princípio do poluidor-pagador)
  - o Estudos e projetos para intervenções de descontaminação de solos.
  - o Ações de descontaminação e de reabilitação de solos.
  - o Monitorização dos solos e das águas superficiais e subterrâneas.
  - Projetos de reabilitação ambiental de áreas degradadas afetas à indústria extrativa, tendo por base as situações previamente identificadas assim como os estudos e projetos, a desenvolver para o efeito pelas entidades competentes do setor

(\*) A seleção e priorização dos passivos ambientais foi efetuada no âmbito do Grupo de Trabalho Passivos Ambientais, criado através do Despacho n.º 28176/2007, de 14 de Dezembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) e do Ministério da Economia e da Inovação (MEI), do qual resultou a elaboração pela Autoridade Nacional do documento enquadrador relativo à recuperação de passivos ambientais.









# PO SEUR – EIXO III – Recuperação de Passivos Ambientais

OBJETIVOS E PRIORIDADES	BENEFICIÁRIOS	TIPOS DE APOIO
	- Administração Dúblico	
OBJETIVOS: Assegurar a continuidade dos processos de	<ul><li>Administração Pública Central e Local</li></ul>	Subvenções não reembolsáveis
remediação e recuperação de passivos ambientais prioritários, de origem industrial e mineira	<ul><li>Associações de Municípios</li></ul>	Taxa máxima de cofinanciamento para as
PRIORIDADES:	■Setor Empresarial do Estado	operações aprovadas: <b>85%</b> das despesas elegíveis
Recuperação dos passivos ambientais industriais prioritários - 50% (valor 2012: 17%)	<ul> <li>Outras entidades, mediante protocolo ou</li> </ul>	Fundo de Coesão:
Recuperação dos passivos mineiros/indústria extrativa prioritários - 89% (valor 2012: 46%)	outras formas de cooperação com as entidades anteriores	<i>65 M</i> €









# PO SEUR – EIXO III – Recuperação de Passivos Ambientais

TIPOLOGIAS DE AÇÃO	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	DESPESAS ELEGÍVEIS
<ul> <li>Estudos e projetos necessários às intervenções de descontaminação de solos</li> <li>Ações de descontaminação e de reabilitação de solos</li> <li>Monitorização dos solos e das águas superficiais e subterrâneas</li> <li>Projetos de reabilitação ambiental de áreas degradadas afetas à indústria extrativa, e respetivos estudos e projetos</li> </ul>	<ul> <li>Caráter prioritário tendo por base documento orientador</li> <li>Nível de risco potencial</li> <li>Existência de contencioso comunitário</li> <li>Conclusão de ações financiadas anteriormente</li> <li>Complementaridade com ações cofinanciadas por outras fontes</li> <li>Caráter inovador e de demonstração</li> <li>Grau de cumprimento dos resultados acordados</li> <li>Contributo para os indicadores definidos</li> </ul>	<ul> <li>Estudos e projetos necessários às intervenções de descontaminação de solos;</li> <li>Ações de descontaminação e reabilitação de solos;</li> <li>Monitorização dos solos e das águas superficiais e subterrâneas;</li> <li>Projetos de reabilitação remediação e recuperação ambiental de áreas degradadas afetas à indústria extrativa, tendo por base situações previamente identificadas assim como os estudos e projetos a desenvolver para o efeito pelas entidades competentes do setor.</li> </ul>









Prioridade de investimento: "6.1 - INVESTIMENTO NO SETOR DOS RESÍDUOS PARA SATISFAZER OS

REOUISITOS DO ACERVO DA UNIÃO EM MATÉRIA DE AMBIENTE E PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO QUE EXCEDAM ESSES REQUISITOS, IDENTIFICADAS PELOS ESTADOS-MEMBROS" Previsão Tipologia de Ação investimento Beneficiários total

Projetos e investimentos para cumprimento das metas definidas no PERSU 2020, e também previstas nos PAPERSU dos sistemas e municípios, com vista a:

- ■Reforço e otimização da recolha seletiva, tratamento mecânico, triagem multimaterial, etc
- Aumento da valorização orgânica de resíduos, através do reforço e otimização do Tratamento Mecânico e Biológico (TMB)
- ■Ações de educação e sensibilização com o enfoque nos primeiros patamares da pirâmide da gestão de resíduos;

Entidades Gestoras de Resíduos Urbanos

n.d









Prioridade de investimento: "6.2 - INVESTIMENTO NO SETOR DA ÁGUA PARA SATISFAZER OS REQUISITOS DO ACERVO DA UNIÃO EM MATÉRIA DE AMBIENTE E PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO QUE EXCEDAM ESSES REQUISITOS, IDENTIFICADAS PELOS ESTADOS-MEMBROS"

Previsão Ação Tipologia de Beneficiários investimento total ■ Resolução de situações de incumprimento com Entidades Gestoras de 50M€ processos de contencioso comunitário no âmbito da SAR com situações de incumprimento no **DARU** âmbito da DARU ■Tratamento de águas residuais urbanas com vista a Entidades Gestoras de nd melhoria da qualidade de massas de água prioritárias, SAR incluindo em áreas protegidas e territórios de baixa densidade Elaboração dos cadastros das infraestruturas dos Entidades Gestoras de sistemas de AA e SAR nd SAR e AA









Prioridade de investimento: "Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da Rede Natura 2000"

Ação	Tipologia de Beneficiários	Previsão investimento total
<ul> <li>Elaboração de Planos de Gestão de ZECs (16, podendo ser lançados avisos em lotes), incluindo a elaboração (prévia) da Cartografia dos Habitats Naturais</li> </ul>	ICNF (convite)	2.500.000 €
■ Ações específicas de conservação da natureza	ONG, Universidades, Centros de Investigação, Municípios (concurso)	A indicar
■Desenvolvimento do <b>portal Natural.pt</b> (novas funcionalidades e desenvolvimento de conteúdos)	ICNF (convite)	200.000 €









Prioridade de investimento: "Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos"

Ação	Tipologia de Beneficiários	Previsão investimento total
■ Estudo de águas minerais em Portugal Continental	• DGEG (Convite)	€ 950.000
■Recursos Geológicos	• DGEG e LNEG (Aviso)	3 M€

Prioridade de investimento: "Recuperação de passivos ambientais "

Ação	Tipologia de Beneficiários	Previsão investimento total
■ Passivos ambientais – Minas	• EDM (Aviso)	5 M€
■ Passivos ambientais – Minas	• EDM <b>(Aviso)</b>	15 M€









## Eventos de lançamento dos PROGRAMAS OPERACIONAIS durante o mês de fevereiro:

- PO Centro 6 de fevereiro
- PO Alentejo 10 de fevereiro
- PO Norte 13 de fevereiro
- PO Algarve 18 de fevereiro
- PO Lisboa 20 de fevereiro

#### Período da manhã

Sessão presidida pelo MADR, em plenário, com dois temas:

Apresentação genérica do Portugal 2020, a cargo da AD&C Apresentação detalhada do PO Regional, a cargo do/a Gestor/a

#### Período da tarde

Realização de quatro sessões paralelas temáticas(\*):

- Competitividade e internacionalização
- Inclusão social e emprego
- capital Humano
- Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos

(\*) Cada sessão temática contará com a presença do membro do Governo que tem a Tutela mais diretamente ligada a cada domínio temático, de um representante do PO Temático e de um representante do PO Regional.











# INVESTIMENTO E CRESCIMENTO VERDE

Uma perspetiva multidimensional da sustentabilidade







